



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

ACTA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO, REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2011. -----

Aos Dezasais do mês de dezembro do ano de Dois Mil e Onze, pelas Dezoito horas, reuniu-se na Assembleia Municipal de Mondim de Basto o Órgão deliberativo deste Município. -----

Faltou à presente sessão a Deputada Aurora Maria Pereira Peixoto e Pereira, tendo apresentado a devida justificação, pelo que a Mesa deliberou justificar esta falta. -----

Os Deputados João Diogo Alarcão de Carvalho Branco e Maria Manuel Ferreira da Lança Cordeira Ferreira Martins, impossibilitados de comparecerem a esta sessão da Assembleia Municipal, requereram a sua substituição, nos termos das disposições combinadas nos artigos 78º nº1 e nº2 e 79º nº 1 da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, pelos cidadãos imediatamente a seguir nas listas do do CDS-PP: Eduardo Costa Aguiar e Fernando Manuel Ribeiro Pereira.

PRESENCAS: -----

Encontravam-se presentes nesta sessão todos os elementos que nos termos do art.º 48º da Lei 169/99 de 18 de setembro com a redação que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de janeiro, se impunha a obrigatoriedade ou dever de presença. -----

ABERTURA DA REUNIÃO. -----

Pelas dezoito horas, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a presente reunião, dando início à ordem de trabalhos. -----

Tendo sido solicitada a introdução pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de uma proposta extraordinária – Prestação de Serviços e Recolha e Transporte e Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos, Limpeza Urbana de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

Espaços Públicos e Outros no Concelho de Mondim de Basto – Autorização da Repartição da Despesa – a Senhora Presidente da Assembleia colocou à consideração dos Senhores Deputados a introdução desta proposta na ordem de trabalhos que foi aprovada por mais de dois terços dos membros da Assembleia Municipal. -----

1- Antes da ordem do dia -----

1.1- Assuntos gerais de interesse para o Município -----

O Deputado Fernando Gomes usou da palavra para deixar uma declaração de preocupação relativamente à Barragem do Fridão, que a seguir se transcreve: *«Senhor Presidente, surgem frequentemente, nos meios de comunicação, afirmações de várias personalidades políticas de todos os quadrantes e de especialistas na matéria que reprovam ferozmente o plano nacional de barragens, com críticas a atitudes erradas do anterior Governo, com a visão de betão, com o investimento brutal de 16 mil milhões de euros, que irão custar muito ao país, com a eficácia de produção baixíssima. Segundo os críticos, seria mais correto um plano de eficiência energética que alcançaria poupanças de 10%, contra os 3 % do que as dez barragens irão produzir, valor este de produção considerado pelos especialistas como um disparate ao nível energético. Associada a essas péssimas estratégias estão os impactes negativos como vêm revelar os últimos documentos emitidos pela própria EDP e pela APA, o que vem dar razão à tomada de posição da Junta de Freguesia de Mondim de Basto, com consciência e responsabilidade, contra esse projeto. Na discussão do EIA, a EP revelava que a cota mínima abaixo dos 160 seria de 157, indicadores de que sempre duvidei publicamente nos debates com a presença da EDP. No mês de maio deste ano, é emitido o Recape pela EDP que revela uma cota nova, cota mínima excepcional, a cota 150. Antes não era abaixo dos 157, hoje a cota mínima passa a ser excepcional para 150. Entendo que esta nova confidência da EDP demonstra claramente a falta de honestidade com a população deste Concelho por parte da EDP. Com esta variação de cota tão grande, irá colocar em causa ou afastar qualquer investimento turístico na albufeira dado termos um vale com muita inclinação que tornará*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

inoperacionais todas as estruturas que venham a ser construídas à cota 160. Como declara o investigador da UTAD, o Professor Rui Cortes, a ideia idílica de ter uma grande masse de água não se vai verificar, pelo contrário, será uma situação muito desagradável, com grandes variações de cotas, que não são propícias para fins turísticos. Para agravar ainda mais esta situação deparamo-nos com o parecer da Comissão de Avaliação do Relatório de Conformidades Ambiental, emitido em Agosto deste ano, onde aponta como uma das várias preocupações e omissões a seguinte informação que passo a citar: ‘Não se entende porque não se inclui neste estudo a modelação e avaliação de impacto da qualidade da água destas albufeiras na do Torão uma vez que é explorada pela mesma empresa e muitas das medidas previstas no processo do AIA do Fridão visam também melhorar a qualidade da água no Torão. A qualidade da água que se observa nesta albufeira, onde estão identificados problemas de eutrofização, associados a elevadas concentrações de fósforo, implica, à partida, um risco elevado de eutrofização das albufeiras do Fridão’. Considera-se que o modelo proposto para simular a qualidade da água apresentado pela EDP não satisfaz minimamente nem responde ao que efetivamente deveria ter sido realizado. Perante essas preocupações da Comissão de Avaliação ao Recape, novamente não tenho a menor dúvida que, com mais estes impactos negativos, os mondinenses não se vislumbram com o futuro promissor do nosso Concelho ou da região de Basto. Não consigo entender, Senhor Presidente, como pode este executivo se pronunciar contra a linha de muita alta tensão utilizando argumentos sustentados em vários impactos negativos se os mesmos irão ocorrer na construção da barragem do Fridão. Para mim, só há uma explicação: no projeto do Fridão existem contrapartidas financeiras, na linha de muita alta tensão não existiam contrapartidas financeiras. Concluo que esta opção, que conda em receber financiamento pela via mais fácil para poder realizar obras, revela claramente a falta de enquadramento sustentado do seu executivo para o desenvolvimento deste Concelho. Esta opção objetivamente financeira, ignorando puramente os impactes negativos, irá colocar o potencial e o futuro prometedor do Concelho de Mondim de Basto irreversivelmente hipotecado». -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O Deputado João Armando Saraiva Pereira de Almeida usou da palavra para se regozijar com algumas iniciativas que o executivo municipal tem tomado, focando nomeadamente alguns pontos: a cantina do centro escolar aberta no Natal, na componente de apoio à família, e atividades para as crianças com o programa de férias, também organizadas no centro escolar; atividades do programa «Mexa-se» para seniores, também no centro escolar; pinturas das estradas já realizadas; colocação das placas na Sobreira de Mondim; a questão da alimentação da cantina da escola C+S, que melhorou bastante. Regozijou-se também pelo facto que, enquanto deputado na Comissão Intermunicipal de Vale do Ave, foi com muita satisfação que na Assembleia do CIM do Ave onde foi exposta a execução dos programas do QREN, o Concelho de Mondim de Basto passou dos últimos lugares para primeiro lugar, com 84% de execução do plano do QREN, ascendendo à Bolsa de Mérito. Quer isto dizer que o Concelho, com esta execução, em futuros projetos, terá preferência em relação a outros municípios que se candidatem. Em relação à barragem do Fridão, considera que não é só o dinheiro que está em questão, existindo muitas outras coisas em questão porque se fosse uma questão de dinheiro a EDP também não seria privatizada. Concluiu dizendo que certamente a Câmara foi contra a linha de muito alta tensão mas não por uma questão monetária. -----

O Deputado Fernando Avelino Silva usou da palavra para deixar três notas. A primeira é que não pode deixar passar um facto que aconteceu em Mondim de Basto que foi o despacho que o Senhor Presidente emitiu, e que foi público, relativamente a todo o pessoal e funcionários da Câmara. Acrescentou, sem demagogia, sem oportunismos políticos, que o despacho é infeliz e foi infeliz, porque de alguma forma desautorizou os chefes de divisão que foram nomeados pelo atual executivo passando-lhes um atestado de menoridade. Considera que o mesmo atentou contra a motivação de todos os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

funcionários na medida em que tomou o todo pela parte e que as pessoas, quando cometem, devem ser chamadas à pedra pelo seu responsável. Concluiu dizendo que um líder e um presidente de câmara não se coaduna com a posição de chefe, não pode ter uma postura impositiva mas deve compreender, dialogar e agir sem televisões, sem jornais, sem espetáculos, num simples recanto. Por isso, lamentou a imagem que passou do Concelho e dos funcionários da autarquia. Relativamente a outra nota, esta relaciona-se com a obra do nó do Valinho e pediu ao Senhor Presidente esclarecimentos sobre qual foi o procedimento usado para a aquisição dos terrenos particulares necessários ao nó do Valinho, se estão concretizados os negócios e que áreas e valores estão envolvidos. Por fim, fez uma referência a algo que estará na ordem de trabalhos mas que gostaria de antecipar e que se relaciona com a reorganização administrativa. Deseja defender nesta Assembleia, e esta é a posição do CDS-PP, que são contra alguns dos pressupostos indicados nesta reforma administrativa. Não são compatíveis nem comparáveis processos organizativos de freguesias urbanas com freguesias rurais do interior que têm uma identidade própria, que distam do Concelho largos quilómetros e necessitam de um representante para as defender e proteger. Têm dúvida que se possam aplicar ao interior as mesmas medidas dos locais urbanos e consideram que as medidas são excessivas. O ideal muitas vezes não é aplicável na realidade. Não obstante se o processo se mantiver ainda, uma vez que não há acordo com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, julgam que é necessário e fundamental ouvir as populações, ouvir o Concelho e envolver todos os agentes numa reflexão profunda. A manterem-se os critérios e pressupostos do documento verde, em última medida, se o Concelho tiver que perder alguma freguesia, será melhor perder uma do que duas. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O Deputado Bruno Miguel de Moura Ferreira usou da palavra para dizer que recentemente foram feitas declarações na imprensa pelo Presidente da autarquia para as quais gostava de fazer alguns reparos. Aquando da divulgação do estudo do INE sobre a média de salários auferidos em 2009, a agência Lusa publicou uma nota com declarações do Presidente da Câmara em que este remeteu a responsabilidade para o executivo anterior, declarando como claro falhanço as políticas efetuadas na última década, pondo em causa esta ligação direta com a estatística apresentada, não podendo igualmente deixar de referir esta postura de responsabilização fácil que foi utilizada. Deixou a seguinte interrogação: Até quando o passado será bode expiatório para justificar tudo o que é inconveniente? Seguindo os mesmos critérios, deseja verificar se no futuro vai haver uma responsabilização direta por parte do atual executivo sobre a taxa de desemprego, o poder de compra, a perda de população ou mesmo a taxa de emancipação juvenil. Não pode deixar também de falar sobre o já famoso despacho do dia 21 de outubro, não querendo colocar em causa a necessidade de melhorar a imagem dos funcionários públicos, mas devendo-se, acima de tudo, assegurar o bem-estar dos colaboradores da autarquia e assegurar as melhores condições de trabalho possíveis. A forma e os argumentos presentes neste despacho em nada contribuíram para a motivação ou melhoria da sua imagem pública. Estas atitudes intimidatórias e de pressão em nada contribuem para um aumento da produtividade, e é de produtividade que estávamos a falar. Está certo que os colaboradores da autarquia não querem privilégios acima dos seus direitos, querem acima de tudo respeito e consideração pelo seu empenho. Segundo o Deputado, a necessidade de recurso a este despacho, nestes termos, demonstra de forma inequívoca a incapacidade de gestão dos recursos humanos. Citou Shakespeare que disse *«cada um pensa em mudar a humanidade mas ninguém pensa em mudar-se a si próprio»*. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O Deputado João Armando Saraiva Pereira de Almeida usou da palavra para falar sobre o que o Deputado Bruno Ferreira referiu sobre as consequências das declarações que o Senhor Presidente terá feito, remetendo algumas culpas para a gerência do ano passado, lembrando ao Senhor Deputado que esta Câmara, por culpa do executivo anterior, está a receber menos cinquenta mil euros por mês por ter ultrapassado o limite de endividamento. -----

O Deputado Luís Sabino de Moura deixou duas notas. A primeira, que neste momento de crise seria fundamental que a Câmara Municipal encarasse seriamente a possibilidade de apoiar os estudantes deste Concelho, pessoas que precisam de estudar, que têm capacidades e não têm bolsas, uma vez que o Estado cada vez apoia menos pessoas, e começa a haver pessoas que têm de desistir de estudar. Considera que é fundamental que a Câmara pense nessas pessoas e procure fazer um regulamento para apoiá-los, não lhe parecendo haver neste orçamento nada nesse sentido. Em segundo lugar, deixou um alerta, mais uma vez, no sentido de que a Câmara podia efetivamente apoiar usando os impostos em sede de IRC e de IRS, beneficiando as pessoas, pagando menos impostos, e as empresas também. -----

O Deputado José Francisco Teixeira Lopes iniciou a sua intervenção referindo-se aos subsídios que foram distribuídos neste corrente ano a todas as associações existentes no nosso Concelho (associações desportivas, associações culturais, associações religiosas, parapente e associação animal). Referiu que foi rejeitada a proposta de subsídio apresentada pela Câmara para a Associação de Solidariedade Social das Aldeias de Mondim, situação que chocou toda a direção, chocou os seus utentes e respetivos familiares. Perante a recusa da primeira proposta levada à Câmara, referiu que se tinha dirigido pessoalmente a pedir ao Senhor Vereador Lúcio Machado e ao Senhor Vereador Francisco Ribeiro que iria pedir ao Senhor Presidente da Câmara



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

que levasse novamente a uma reunião o pedido e que o aprovassem dado que esse pedido de dinheiro fazia muita falta à Associação para pagar o mobiliário que está em dívida e para a compra de uma carrinha que tanto necessitam. Pensou que os tivesse sensibilizado para que, na próxima reunião, votassem a favor, tendo no entanto a mesma voltado a ser rejeitada numa base que não aceitam, nem a direção, nem os utentes, idosos e com grandes carências, nem os seus familiares, porque foi baseada na equidade. Considera que, a equidade, se formos a analisá-la, se calhar os dezassete mil euros que a Câmara propunha tinham que ser triplicados porque segundo o que sabe, o terreno onde se situa a creche da Santa Casa da Misericórdia foi doado pela Câmara à Santa Casa, tendo sido também doado uma parte que a Santa Casa tem no prédio ao lado da padaria Silva que, naturalmente, vale bem mais dinheiro do que o subsídio que era dado à Associação. Portanto, considera que por aí não pode ser vista a equidade. Segundo sabe, só há duas instituições no Concelho que prestam o mesmo serviço: a anta Casa, e hoje reconhece o valor que ela tem porque, estando à frente da direção de uma associação, sabe as dificuldades e a ginástica que porventura a Santa Casa fez ao longo dos anos para matar a fome a muita gente, para os albergar e para lhes dar tudo aquilo a que os seres humanos têm direito, esta Associação em causa faz o mesmo. Dirigindo-se aos Senhores Vereadores, manifestou que tinham todo o direito de a recusar, não estando em causa as suas posições, mas julgando que o pedido deve ser avaliado muito bem, em especial quando se trate de uma associação destas, e convidou-os, assim como aos Deputados, a verem qual o trabalho que esta associação presta, manifestando a sua disponibilidade para lhes fazer uma visita guiada à associação para verem a quantidade de comida que dali sai e a qualidade que ela tem, as famílias que apoiam e inclusive para verem o protocolo que existe com a Segurança Social que é para dar apoio de segunda a sexta e este apoio é dado todos os dias do ano. Para além deste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

serviço, vão buscar aqueles que querem e têm vontade, todos os dias, para o centro de convívio onde lhes é dado o lanche. Considera que a Associação está a prestar um serviço de excelência hoje já reconhecido fora do Concelho. Gostava que essa recusa não fosse motivada por uma hora infeliz. Acrescentou que na altura lhe foi proposto, através dos utentes e dos seus familiares, a realização de uma conferência de imprensa para denunciar tudo isto. Não o fez porque entendeu que não queria fazer disto uso político, e que o sítio para o dizer seria nesta Assembleia. Deixou um apelo à consciência dos Senhores Vereadores, sendo que não iria mais falar deste assunto, para que visitassem as instalações da associação, sendo que as suas opiniões iriam certamente mudar e qualquer subsídio que venha a ser apresentado será votado favoravelmente. Terminou dizendo que era com grande sacrifício que estava a fazer esta intervenção pois gostava de não a fazer, e disse que estava completamente desiludido com os políticos e terminou pedindo ao Senhor Presidente da Câmara o abandono desta Assembleia. -----

O Deputado Fernando Avelino Silva usou da palavra para dizer que não poderia ficar calado depois de ouvir o Senhor Deputado José Francisco Teixeira Lopes relativamente à Associação Aldeias de Mondim e aos dezassete mil euros que foram colocados. Não pode deixar de fazer referência à forma como o fez e à pressão que coloca em cima dos Vereadores que devem agir de forma livre, espontânea e consciente e que o fazem certamente não olhando apenas para uma determinada associação mas fazem-no a pensar no Concelho no seu todo. Relativamente a este assunto, importa referir o seguinte: não está em causa nem nunca esteve em causa a necessidade da existência da instituição, tendo sido referido pelos Senhores Vereadores e que, tal como foi feito para as associações desportivas um regulamento a definir claramente que associações é que devem ser subsidiadas, que tipo de subsídio deve ser atribuído, o mesmo deve ser feito relativamente às instituições sem fins



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

lucrativos. Faça-se o regulamento, aprove-se o regulamento e depois disso a questão será colocada e será votada. Os subsídios não podem ser dados de uma forma vã sem saber para quê. Têm que olhar para as instituições do Concelho no seu todo, com justiça, com igualdade, olhando para o papel que elas desempenham. Cada associação tem o seu papel e por isso mesmo é que o assunto só poderá ser resolvido sem pressão, sem coação, sem qualquer interferência, quando houver um regulamento que defina os subsídios que devem ser atribuídos. Terminou dizendo que tinham que ter a consciência de que a Câmara Municipal está numa situação terrivelmente difícil e que tem que ter cuidado com a forma como faz a gestão do Município. Não se pode acusar o anterior executivo de esbanjar e dar dinheiro e depois, quando interessa e quando é necessário, fazê-lo. É necessário ter a noção da realidade e não se pode acusar os outros e depois fazer o mesmo, estando-se a criar condições para levar este Concelho a uma ruína completa.-----

1.2- Correspondência recebida -----

De seguida, pela Senhora Presidente da Assembleia foi presente a correspondência recebida. -----

De seguida, a Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer uma intervenção sobre o despacho. Segundo ele, foram aqui feitas considerações de carácter pessoal, e até citações, e acrescentou que quando se diz que os funcionários da Câmara foram expostos à comunicação social, deixa a seguinte pergunta: quem é que passou o despacho para a comunicação social? Toda a gente sabe que não foi o Presidente da Câmara. Referiu que fez um despacho interno, como faz outros despachos, que foi colocado nos locais de destino, e se o despacho passou para a comunicação social não foi responsabilidade sua. Realçou que não chamou as televisões, apenas organizou uma conferência de imprensa. São factos, a notícia da Lusa é anterior à conferência de imprensa e refere um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

despacho transmitido por um Vereador. Sobre as citações que são referidas pelo Deputado Bruno Ferreira, acrescentou que já liderou pessoas e referiu que Eça de Queirós tem uma citação que vem a propósito que diz o seguinte: *«Para ensinar há uma formalidade a cumprir: é saber»*. Acrescentou que, relativamente à intervenção do Deputado Fernando Avelino Silva, que falou na questão dos funcionários públicos, é muito fácil pôr-se do lado dos funcionários mas aconselha a ter alguma calma e serenidade e alguma tranquilidade sobre isto. Para terminar deixou uma outra citação de um grande político para o Deputado: *«É melhor que fale por nós a nossa vida do que as nossas palavras»*. -----

O Deputado Fernando Avelino Silva usou da palavra para dizer ao Senhor Presidente que, na sua intervenção, não insultou, não fez referência a factos de vida, não percebeu o que quis fazer referência com a citação e como tal agradecia que fosse mais objetivo e claro e terminou não com uma citação mas com uma frase que diz o seguinte: *«As considerações e a demagogia ficam com quem a faz»*. -----

O Deputado Bruno Ferreira de Moura fez a sua intervenção no sentido de dizer que ficava satisfeito pelo facto do Senhor Presidente não ler só Florbela Espanca, que até agora apenas os tinha premiado com alguns versos desta poetisa, ficando feliz porque também lê outras coisas. Acrescentou que, tal como o Senhor Presidente o referiu, factos são factos e o despacho foi um facto e também não se pode fugir dele. Independentemente de quem o passou para a comunicação social a verdade é que foi feito e o teor do despacho está lá para quem quiser ver. Na sua opinião o próprio despacho reflete desde logo uma incapacidade de gestão de recursos humanos. Se essa capacidade tivesse existido se calhar teria evitado esse mesmo despacho. -----

A Senhora Presidente da Assembleia, com autorização do Senhor Presidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

da Câmara, deu o uso da palavra ao Senhor Vereador Francisco Ribeiro para defesa da honra. -----

O Senhor Vereador Francisco Ribeiro iniciou a sua intervenção para dizer que relativamente à questão do despacho pediu a defesa da honra porque não tinha problema em assumir que foi o primeiro a reagir a este comunicado. Fez o comunicado à imprensa e, naturalmente, para ele fazer sentido, levou em anexo o despacho do Senhor Presidente da Câmara de Mondim. E aproveitando que se desmarcou nesse mesmo comunicado acrescentou que achava estranha a posição do Senhor Presidente da Câmara em relação ao que está escrito no despacho e aquilo que foi dito à imprensa, tendo acabado por questioná-lo em sede de reunião de Câmara, não tendo obtido qualquer resposta em relação a ela. Aproveitou também para esclarecer a questão aqui levantada relativamente à Associação Social das Aldeias de Mondim, associação representada pelo Senhor José Lopes, começando por dizer que, com toda a clareza e sem qualquer tipo de problema, quando este diz que não aceita ele apenas lhe pode dizer, numa primeira fase, o seguinte: paciência. Considera que aquilo que o Deputado fez quer no programa À Volta de Portugal, quer nesta Assembleia, é completamente inadmissível. Não aceita de forma nenhuma que se faça coação sobre os vereadores num determinado sentido. Acrescentou que votou de acordo com o seu pensamento e com a sua consciência. Salientou que houve uma primeira recusa porque se alegou que o ofício não dizia expressamente para que se tratava, tendo mais tarde aparecido outro ofício a reclamar expressamente das mesmas coisas e nuns moldes que considera, como elemento da Câmara de Mondim, pouco adequado. Relativamente a matéria substantiva que era saber a que se destinava o subsídio nada de novo era acrescentado. O que era acrescentado é que era para fazer face a despesas existentes. Nesta Assembleia já se acrescentou mais alguma coisa: o mobiliário e a carrinha. No ano passado foi dado esse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

benefício da dúvida de ser despesas de investimento tendo sido atribuídos os vinte mil euros. Terminou dizendo que tratando-se de despesa de investimento existem naturalmente programas suscetíveis de apoiar estas iniciativas como por exemplo o programa POPH – Potencial Humano – para despesas de funcionamento através de protocolo com a Segurança Social que é disso que vive a generalidade das IPSS. A sua posição mantém-se, não retirando em nada o mérito da Associação, nem estando minimamente em causa. O que está aqui é falta de esclarecimentos para aquilo a que se destina efetivamente o investimento e em função disso podem eventualmente as pessoas mudarem de opinião. O que é completamente inaceitável é nesta própria Assembleia o tom e o registo com que o Senhor Deputado José Lopes fez a sua intervenção. -----

O Deputado Fernando Avelino Silva usou da palavra para pedir à Senhora Presidente da Assembleia, e uma vez que o Senhor Vereador tomou a palavra e fez os esclarecimentos, por uma questão de igualdade, em nome do plenário, que um dos vereadores do CDS-PP também fizesse de alguma forma a defesa da sua honra. -----

A Senhora Presidente da Mesa recusou o pedido referindo que nenhum dos Vereadores do CDS-PP pediu a defesa da honra e que o Deputado não representava o plenário, não pôs à votação do plenário a consideração de os representar nessa sua opinião, dando portanto continuidade à ordem de trabalhos. -----

2- Ordem do dia -----

2.1- Aprovação da ata da reunião de 24 de setembro de 2011 -----

Não havendo intervenções relativamente a este ponto, a Senhora Presidente da Mesa colocou à votação a **ata da reunião de 24 de setembro de 2011 que foi aprovada com catorze votos a favor e oito abstenções. ---**



2.2- Orçamento e Mapa de Pessoal para 2012 e Plano Plurianual de Investimentos -----

A Senhora Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação. -----

O Senhor Presidente da Câmara iniciou a sua explicação que se passa a reproduzir textualmente. *«Os documentos apresentados (mapa de pessoal, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos) para análise e aprovação resultam de um trabalho rigoroso e empenhado, quer do executivo que lidero, quer dos serviços da autarquia. Estes documentos são previsionais, baseiam-se em previsões de receita e de despesa que se estimam que ocorram durante o ano de 2012. Vivemos tempos de crise e de incerteza. Nunca como atualmente as previsões foram tão honoráveis. Herdando uma dívida próxima dos vinte milhões de euros nunca escondemos desde a tomada de posse que este facto irá marcar toda a gestão deste mandato. Ao longo destes dois anos de mandato procuramos reduzir as despesas e maximizar as receitas. Estes dois compromissos estão expressos no Plano de Saneamento Financeiro aprovado por este órgão. É conhecido e reconhecido o pressuposto deste executivo para conseguir ao longo do mandato atingir o desejado equilíbrio financeiro da Câmara. É um objetivo muito difícil de atingir mas estamos muito empenhados em consegui-lo. Gostaria de partilhar convosco uma breve análise e explicação sobre estes documentos em aprovação. As receitas correntes de taxas e tarifas foram calculadas de acordo com a média aritmética dos últimos vinte e quatro meses, à exceção das receitas de águas e resíduos, cujo cálculo considerou a última alteração ao regulamento com efeitos a partir de janeiro de 2012. Na mesma forma procedeu-se a um ajuste ao valor do IMI em função do aumento da taxa anteriormente aprovada. Nas receitas de capital prevê-se a venda de património no valor de um milhão e quinhentos mil euros correspondentes à possibilidade de alienação da Casa da Igreja e escolas primárias desativadas cujo procedimento de alienação foi já iniciado em 2011. Esta receita servirá exclusivamente para a amortização extraordinária do capital em dívida tal como consta no documento do orçamento que está na posse dos Senhores Deputados. Ao nível das despesas vamos prosseguir uma política de contenção*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

nomeadamente às despesas com pessoal. Iremos continuar o esforço de renegociação de contratos sempre que possível, bem como a redução de despesas com energia, combustíveis, transportes e comunicações. No que diz respeito às despesas correntes, algumas rubricas, como a alimentação e transportes, que, em comparação com o orçamento de 2011, aparecem neste orçamento com um valor substancialmente mais elevado. No entanto, não se pode concluir desta leitura o aumento de despesas para 2012, pelo contrário, é refletida a necessidade de orçamentar despesas assumidas e não pagas durante o ano de 2011. Ao nível das despesas com capital é dada prioridade aos projetos com financiamento comunitário. Fica também evidente a preocupação na equidade com os investimentos. Há projetos a realizar na vila, onde se concentram a maioria dos equipamentos, mas também estão previstos investimentos nas diferentes freguesias com destaque para as vias municipais e centros cívicos. No plano plurianual de atividades estão inscritos um conjunto de projetos a desenvolver. Cito apenas alguns: mercado da terra, centros cívicos, abastecimento de água, cuja execução se encontra totalmente dependente da existência de financiamento QREN, bem como da assinatura de protocolos individuais com a EDP. Face às explicações apresentadas e em nome do interesse do município apelo aos Senhores Deputados a aprovação destes documentos. -----

O Deputado Mabílio Ribeiro Peixoto iniciou a sua intervenção no sentido de se referir a pequenas coisas que estão na informação do executivo e sobre as quais gostava que o Senhor Presidente da Câmara o esclarecesse. Referiu que o documento fala em manutenção de vias com aplicação de betume e tapete, questionando onde é que foi aplicado pois em Campanhó não foi certamente. Questionou se haveria paralelos para a freguesia de Campanhó, nomeadamente para o caminho de Tejão, e quando seriam dados os cinco mil euros para a Junta de Freguesia fazer as obras e que, tendo em conta que a obra não seria realizada no corrente ano, perguntou se esse valor ficava acumulado para o ano seguinte. Sobre as valetas de acesso a Campanhó, referiu que as mesmas nem começaram, nem acabaram, foram feitos cem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

metros no meio, depois vieram-se embora e ficou quase igual. Também tem dúvidas onde diz transferência de capital para as juntas de freguesia de Mondim de Basto e Bilhó tal como sucedeu com Campanhó, Ermelo, Paradança, Pardelhas e Vilar de Ferreiros, não sabendo bem a que isto se refere pelo que gostaria que o Senhor Presidente lhe desse uma explicação sobre isto. Sobre o orçamento, ficou bastante triste, julgando sinceramente que a obra do cemitério de Campanhó iria finalmente ser feita no próximo ano, mas que afinal anda a saltar de orçamento em orçamento. -----

O Deputado Fernando Avelino Silva usou da palavra para dizer que relativamente a este ponto se iria debruçar sobre o orçamento. Passa-se a transcrever a sua intervenção: *«É público que a Câmara está altamente endividada. Ora é a partir desta realidade que deveria ser pensadas e construídas as grandes opções do plano no respetivo orçamento para 2012. Acresce ainda que no ano que vem, em 2012, tem de se preparar para, em 2013, começar a amortizar o empréstimo que contraiu para sanear financeiramente a dívida, o que representa um valor de noventa e três mil euros acrescido dos respetivos juros que já vem sendo suportado. O que constatamos é que, ao contrário do que se esperava com a mudança política operada nas eleições, e atendendo a esta crise económica, não temos um orçamento que incorpore as duras realidades que se deveriam pautar pela redução efetiva da despesa, essencialmente da despesa corrente. Com efeito, do que nos é perceptível, seguiram a cartilha dos anteriores executivos recorrendo a um empolamento do orçamento para legitimar os gastos que pretendem realizar, baseando-se em receita que não é certa nem efetiva. Aponto desde já um exemplo: a venda da Casa da Igreja que, aliás, numa reunião apontavam para um aluguer, agora apresenta-se como uma realidade. Todavia, nós não sabemos quando se irá realizar. E a venda das escolas que ainda não chegou a suceder, não obstante já realizados os concursos públicos, sendo certo que a Câmara face à deserção dos concursos já promovidos terá de realizar outros que perante esta realidade são por valores muito inferiores, ou seja, de acordo com a realidade económica imobiliária. Outro aspeto, a incerteza que reina quanto à garantia que a EDP vai pagar o que está*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

contratualizado com o município por ainda não haver o respetivo licenciamento. Lamentamos também que as grandes opções do plano discriminem várias freguesias e versem quase exclusivamente na sede do Concelho mantendo em completo esquecimento as freguesias e a coesão do Concelho. Finalmente, este não é o nosso orçamento, não nos compromete. O nosso seria objetivo e realista e contemplaria o Concelho na sua totalidade, pelo que votaremos contra.» -----

O Deputado Bruno Ferreira de Moura fez a seguinte intervenção: «*Ao fim de mais de dois anos de mandato, nunca como hoje o Partido Socialista teve condições para a elaboração de um orçamento. Pela primeira vez e pela forma como nos é apresentado, este orçamento marca o fim da retenção financeira. Foi pensado e elaborado deixando os fantasmas do passado e virando uma nova página para o desenvolvimento estratégico do Concelho. O aumento significativo da despesa em quase cinco milhões de euros, mais de setecentos mil em despesas correntes, demonstra que a Autarquia voltou a ter dinheiro para investir, criando assim expectativas para o aumento da qualidade de vida da população, o desenvolvimento económico do Concelho, criação de emprego e medidas de fixação da população. Antes de abordar o orçamento e o PPI para 2012, gostava de fazer dois reparos. Durante o presente ano, foram várias as vezes em que o orçamento sofreu revisões. Esta situação excepcional não deverá no futuro ser regra. Em segundo, a informação que nos foi entregue, a diferença da execução do orçamento de 2011 até ao dia 7 de Dezembro, é de 270 mil euros de despesas superiores à receita. Gostava de saber se até ao final do ano este valor vai ser colmatado. Em termos nacionais, a austeridade e a contenção de despesa são palavras de ordem, atendendo à situação socioeconómica do país. Por sua vez, o orçamento de 2012 num período de contenção nacional, regista um aumento significativo do seu valor total comparativamente ao orçamento do ano transato. O aumento da despesa relativamente ao orçamento anterior é de 716 mil euros nas despesas correntes e mais quatro milhões e cem mil euros nas despesas de capital. Gostava que fosse esclarecida a esta assembleia a natureza do aumento da receita para fazer face a esta despesa. Quanto às receitas duas notas. Nas receitas correntes a rubrica rendimentos de propriedade sofre um aumento de 227 mil euros*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

passando de 34 mil euros para 262 mil euros. A que se deve este aumento? Pressupondo que as duas rubricas que advêm de bens de investimento sejam referentes às escolas primárias no valor de 500 mil euros e na Casa da Igreja no valor de 1 milhão de euros só me apraz dizer que com base na última tentativa de venda destes imóveis e, atendendo à situação económica que se adivinha para o próximo ano, no mínimo estes valores contrariam o rigor que lhes é exigido. Comparando a proposta apresentada e defendida pelo Senhor Presidente da Câmara no dia 26 de Julho em reunião de Câmara onde sugere a cedência da Casa da Igreja no valor de 500 euros mensais e 3 % dos lucros líquidos anuais por um período de 50 anos estes valores parecem no mínimo insólitos. Relativamente à despesa, na despesa corrente a aquisição de bens e serviços sofre um aumento de mais de 1 milhão de euros. Visto ser uma despesa corrente e atendendo à situação financeira da Autarquia e do país, este aumento reflete o risco de estratégia que a Autarquia parece estar disposta a assumir. A aquisição de bens de capital aumenta mais de 2 milhões de euros ultrapassando os 8 milhões e 600 mil euros. Em tempo de contenção financeira é um aumento considerável. Quais as obras previstas para esta rubrica e qual o seu carácter prioritário para serem efetuadas nesta altura e nesta situação económica e social, quer do Concelho, quer do País? A rubrica 2.02.25 Outros Serviços sofre um aumento de 29 mil euros para 275 mil. Dentro desta rubrica aparecem mais 4 rubricas que não estavam no último orçamento. Uma delas com o nome Diversos possui um valor de 60 mil euros. Parece-me uma quantia elevada para uma rubrica com um nome tão vasto como Diversos. Não creio que seja por falta de conhecimento onde o dinheiro vai ser gasto, no entanto gostava de ser esclarecido o porquê deste montante de 60 mil euros para esta rubrica. Outra rubrica nova é Renda de Concessão – EDP – Iluminação Pública de 172 mil euros. Partindo do princípio que esta despesa já era paga nos orçamentos anteriores e atendendo ao seu elevado valor a que se deve esta alteração de rubrica e em que rubrica estava anteriormente? A rubrica Transportes comparativamente ao orçamento de 2011 aumenta 358 mil euros, passando de 90 mil para 448 mil euros. Tendo em conta a reestruturação deste serviço e de modo a racionalizar a despesa, a que se deve este aumento? A rubrica Encargos com Instalações sofre um aumento de 50 mil euros,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

passando de 110 mil para 160 mil. Que novos encargos estão previstos para justificar este aumento? A rubrica Combustíveis e Lubrificantes aumenta de 72 mil euros para 110 mil euros. Mais uma vez questiono onde é que está a contenção e a que se deve este aumento?

Na rubrica Alimentação – Géneros para confeccionar – o aumento do orçamento comparativamente ao de 2011 é astronómico, passando de 75 mil euros para 210 mil euros. Não tendo havido aumento de crianças nas escolas, como se justifica este aumento? Num período de contenção em que são pedidos alguns sacrifícios em que os munícipes veem-lhes ser aumentadas as taxas e impostos, a rubrica de Publicidade, muitas vezes confundida com propaganda, aumenta 3 vezes do valor previsto no orçamento de 2011. Todas estas questões deixam alguma dúvida na embolação do orçamento de 2011 para 2012. As expectativas criadas com o aumento da despesa não se refletem no documento. Estou certo que a clarificação e a justificação destas rubricas irão colmatar esta ideia.» -----

O Deputado Fernando Gomes usou da palavra para dizer que aquando das sessões de campanha feitas pelo Senhor Presidente da Câmara nas freguesias era dito que a dívida herdada era de dezanove milhões, mas que hoje foi dito que era de vinte milhões. Em que valor ficamos? -----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra para prestar os esclarecimentos solicitados. Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Campanhó referiu que este tinha antecipado o ponto da ordem de trabalhos, mas que era preciso referir não só o que não foi feito mas também o que foi feito, como por exemplo a pintura das estradas, o transporte dos alunos de Campanhó para Tejão, que só estão compostos cem metros de via municipal mas que foi o executivo que teve a iniciativa de reunir com as forças de segurança, com a Junta de Freguesia, com a Automondinense para evitar situações, não se dizendo aquilo que foi feito. Relativamente às questões do Deputado Bruno Ferreira, considera que a sua intervenção inicial responde à maioria das questões por ele levantadas. Não há aumento de despesa, pelo que devemos estar atentos a estas questões e dizer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

isto com rigor senão confundimos as pessoas. O que referiu foi que há rubricas em que a despesa que não foi paga tem de ser orçamentada. Deu o seguinte exemplo: não há aumento de publicidade mas sim uma diminuição porque a dotação inicial do orçamento da publicidade em 2011 era de oito mil euros mas que, entretanto, por circunstâncias várias, nomeadamente a necessidade de fazer várias publicações para a venda da Casa da Igreja, das escolas, passou para vinte e oito mil, dotação final. Para 2012, a Câmara propõe gastar vinte e quatro mil, logo há uma diminuição. Não há aumento da rubrica publicidade assim como não há aumento da rubrica com a alimentação. Alguém aqui na Assembleia perceberia que agora a rubrica com a alimentação irá disparar quase para o dobro? É despesa que não é assumida e não é paga e tem que ser orçamentada. A despesa com pessoal reduziu quase 10%. Acrescentou que as faturas não foram pagas porque a Câmara está em desequilíbrio financeiro e as despesas estão faturadas e estão orçamentadas para o ano seguinte para pagar. Vai haver diminuição de todas as despesas. Relativamente à questão da venda de património, esclareceu que caso esta não ocorra não se amortiza capital. O que seria grave é se a venda de património servisse para pagar despesa. A venda de património é para amortização da despesa. Da mesma forma com a EDP, porque se a licença for emitida, a Câmara tem um protocolo e o protocolo é acionado, logo há um conjunto de investimentos que são realizados, se não for os investimentos não são realizados, é tão simples quanto isto. -----

O Deputado Bruno Ferreira usou da palavra para dizer ao Senhor Presidente que gostava que ele tivesse usado a palavra para efetivamente responder às questões por ele colocadas. Referiu que fez questão de frisar e que os termos comparativos que apresentou foram do orçamento inicial de 2011 para 2012. Não houve aqui nenhum equívoco, tendo sido simplesmente feito aqui uma comparação tão de alteração. Se no que diz respeito à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

publicidade houvesse essa alteração de orçamento, seguramente que se poderia então voltar aos oito mil euros visto que rodas essas despesas apresentadas como valores acrescidos para a necessidade do aumento do orçamento para esta rubrica já foram efetuados. No que diz respeito à despesa com pessoal, considera que essa é uma falsa questão, pois todos sabem o motivo pelo qual ela diminui: os subsídios não vão ser pagos, por isso não é motivo para embandeirar como redução de despesa. Quanto à necessidade de aumentar a receita tendo em conta colmatar dívidas de 2011, crê que ficou inequívoco para esta Assembleia que o Senhor Presidente da Câmara assumiu perante todos que não teve capacidade para pagar a despesa de 2011 e por isso crê que ninguém fica contente com o rumo que as contas do executivo estão a tomar. -----

O Deputado Fernando Avelino Silva usou da palavra para agradecer aos deputados do partido socialista a delicadeza em ceder o seu tempo de intervenção e para dizer ao Senhor Presidente para não colocar nas suas palavras aquilo que não disse. Apontou algumas fragilidades e contradições que vêm sendo sucessivamente feitas: ora se aluga, ora se vende. Há todo um conjunto de fragilidades que o documento evidencia. Para terminar, deixou uma pequena nota que vem na última ata, não podendo deixar de invocar o seguinte: no ponto 2.2 do relatório de acompanhamento do plano de saneamento financeiro o Senhor Presidente disse o seguinte: «*O Senhor Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, na qualidade de vereador, em todos os orçamentos e relatórios de contas, votou sempre contra, pelo que não se considera responsável pela gestão anterior*». Terminou dizendo que não votava contra por votar contra mas sim pelas emendas e fragilidades que o documento apresenta. -----

O Deputado Jorge Rabiço usou da palavra para fazer uma pequena consideração. Relativamente a esta redução da despesa acha que é elementar,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

só não vê quem não quer, que este executivo desde que tomou posse fez um esforço tremendo na redução da despesa com o pessoal pelo que não se deve fazer demagogia a dizer que a redução da despesa vai ser nos subsídios porque este executivo tem sido exemplar na redução da despesa com o pessoal desde que está na autarquia. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que, sobre a questão da rubrica com publicidade levantada pelo Senhor Deputado Bruno Ferreira, é curioso que se tente acusar o executivo da gastar em publicidade quando foi o seu partido no poder que criou um gabinete de comunicação e imagem, e que agora os mesmos, e pediu desculpa porque não estava a tomar a parte por um todo, os mesmos que queriam um gabinete com duas funcionárias a tempo inteiro, sejam aqueles que ficam aflitos porque a despesa com a publicidade da Câmara custa vinte e quatro mil euros. -----

Terminadas as intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o **Orçamento e Mapa de Pessoal para 2012 e Plano Plurianual de Investimentos que foi aprovado por maioria com catorze votos a favor, seis votos contra e duas abstenções.** -----

O Deputado Bruno Ferreira de Moura fez a sua declaração de voto explicando que não pôde votar favoravelmente este orçamento porque não pode concordar com este empolamento, algo tão defendido anteriormente pelo atual executivo aquando da oposição e agora utilizado. Não lhe foi explicado de que forma é que se iria angariar receita, quer de capital, quer corrente, para este aumento de despesa. Não lhe foi explicado que investimento estava alocado à receita espectável. E sendo assim, entre outras questões também que não lhe foram explicadas, nomeadamente o aumento de algumas rubricas, como os encargos com as instalações, a questão dos outros serviços, a questão de para onde foi alocado a renda da concessão da EDP uma vez que esta rubrica não existia, a questão dos diversos, sessenta e cinco



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

mil euros, numa situação que vivemos, parece-lhe ser um valor exagerado para uma rubrica com um nome tão diverso e nesse sentido não se sentiu em condições de votar favoravelmente o orçamento. -----

O Deputado Fernando Gomes usou da palavra para dizer que o seu sentido de voto contra este orçamento aponta na falta de uma estratégia que este executivo vem demonstrando ao longo deste mandato. Na falta de uma estratégia de desenvolvimento em qualquer setor económico, verifica-se a desertificação do Concelho, nomeadamente da freguesia de Mondim de Basto, que vem perdendo consideravelmente população ativa de acordo com os censos de 2011. No curto espaço de seis anos esta freguesia já perdeu mais de cem crianças a frequentar o primeiro ciclo e o pré-escolar, e no próximo ano letivo irá perder mais. No relatório de contas do ano de 2010, este executivo já apresentava um aumento da dívida em cerca de um milhão, uma dívida herdada do executivo anterior. Neste orçamento para 2012 já denuncia o empolamento da receita e venda de património e outras receitas provenientes da EDP que ainda não estão garantidas. A dívida desta autarquia cresce a passos largos e sem travões. Numa análise responsável e consciente na avaliação deste orçamento, não encontrou elementos suficientes e credíveis que pudesse votar a favor um documento irrisório e ficou agora mais reforçada quando o Senhor Presidente da Câmara andou nas freguesias a dizer que a dívida era dezanove milhões herdada e hoje disse aqui publicamente que a dívida herdada são vinte milhões. -----

2.3- Criação de uma Comissão Eventual de Acompanhamento da Reorganização Administrativa do Concelho -----

O Deputado Fernando Avelino Silva iniciou a sua intervenção sobre esta proposta de forma breve. Referiu que, em setembro, durante a Assembleia Municipal realizada na freguesia de Ermelo, o CDS-PP apresentou este documento porque considera que a reorganização administrativa não pode



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

estar em pé de igualdade e coadunar-se com freguesias urbanas e freguesias rurais. Uma vez que o Município se tem que pronunciar até ao final de janeiro, relativamente à proposta que irá apresentar, julga que seria importante haver um momento de debate e um momento de reflexão relativamente a esta matéria onde as populações fossem ouvidas, onde as freguesias, que de alguma forma não incorporam e que são duas, os critérios que estão definidos no documento, pudessem de alguma forma serem ouvidas e terem aqui no processo uma voz. Nesta medida apresentam este documento no sentido de criar de alguma forma reflexão, de criar debate sobre esta matéria. Julga que a comissão tem que apresentar um relatório juntamente com o Município e que para ser de uma forma muito célere deve haver uma comissão constituída por um elemento de cada um dos partidos. -----

O Deputado Joaquim Augusto Silva Pereira usou da palavra para dizer que em relação às freguesias, ao contrário do seu colega deputado que disse que são duas as freguesias em risco, esteve numa reunião em Vila Pouca com o Secretário de Estado e pareceu-lhe que no Concelho apenas está em risco uma freguesia. Quanto à necessidade de ouvir as populações para esse fim considera não ter grande utilidade na medida em que o que está traçado está traçado. Se as freguesias não têm o número determinado de habitantes elas vão ser extintas. -----

O Deputado João Armando Saraiva Pereira de Almeida usou da palavra para dizer que a reorganização do território, como todos sabem, é da responsabilidade do novo governo PSD / CDS, e que quem tem que ser ouvido é a Assembleia e não o Município. Considera que se é neste local que o assunto vai ser tratado não vê a necessidade de mais uma vez se arranjar comissões para tratar deste assunto. -----

O Deputado Luís Sabino de Moura usou a palavra para deixar um comentário. Considera que é evidente que o país precisa de uma revisão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

administrativa, mas é evidente que se está a pegar nas freguesias que economicamente representam muitíssimo pouco. Pensa que deve haver reflexão, deve fazer-se um feedback relativamente ao Governo e que a Assembleia Municipal deve refletir e o país deve fazer uma reforma administrativa a sério. Terminou dizendo que começar pelas freguesias é a mesma coisa que não fazer nada. -----

O Deputado Bruno Ferreira de Moura crê que esta questão é do interesse de todos e como tal a todos deverá preocupar. Evidenciou que existem nesta Assembleia duas interpretações diferentes para esta questão o que denota desde logo que se calhar as pessoas não estão tão esclarecidas quanto isso. Relembrou também que esta reorganização não diz respeito só às freguesias, a própria organização autárquica será implicada, e sendo a Assembleia o órgão a quem compete ratificar esta decisão, esta terá que ter alguém que apresente conteúdos para que possam ser discutidos e, estando a autarquia de certa forma colocada para segundo plano, acha que faz todo o sentido que haja a criação de uma comissão desde que não haja uma guerra de território. Não é assunto que deva merecer divisões devendo procurar-se que o Concelho não saia prejudicado, até porque o próprio livro verde é um documento de orientação e cabe a esta Assembleia, mediante aquela orientação, apresentar uma proposta que não seja muito disparada relativamente ao que está no livro verde de modo a não ter recusa por parte do Governo. Por isso a sua opinião é que se deve criar esta comissão desde que estejam todos os partidos representados e que as coisas surjam com alguma normalidade. -----

Terminadas as intervenções, a Presidente da Mesa colocou esta proposta à votação tendo sido aprovada a constituição da Comissão de Acompanhamento da Reorganização Administrativa do Concelho, por maioria, com treze votos a favor e oito abstenções. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

De seguida a Senhora Presidente da Assembleia pediu que cada partido indicasse um representante para esta comissão. -----

O Deputado Jorge Rabiço da Costa usou da palavra para dizer que relativamente a esta questão todos tinham um interesse comum uma vez que existe uma grande área do território, sendo ele parte interessada que se mantenham as atuais freguesias porque isso representa uma maior quantidade de fundos que vêm para o Município. No caso do Partido Socialista a parte interessada será o Senhor António Gravelos, Presidente da Junta de Freguesia de Pardelhas, pessoa que irá representar o partido nessa comissão. -----

O CDS-PP por sua vez indicou o Deputado Luís Sabino de Moura para integrar esta comissão e o PSD indicou o Deputado Bruno Ferreira de Moura, constituindo-se assim a comissão de acompanhamento da reorganização administrativa do Concelho. -----

2.4- Proposta Extraordinária – Prestação de Serviços e Recolha e Transporte e Destino Final de Resíduos Sólidos Urbanos, Limpeza Urbana de Espaços Públicos e Outros no Concelho de Mondim de Basto – Autorização da Repartição de Despesa -----

O Senhor Presidente da Câmara pediu autorização, por ser uma questão técnica, que permitissem que o jurista da autarquia desse uma breve explicação sobre esta questão, qual o motivo de ela aparecer agora e qual o seu objetivo.

O Doutor Gonçalves explicou que esta questão era muito simples e que se deve ao facto de a Câmara, em 2010, ter aberto um concurso público internacional para a adjudicação dos serviços da recolha do lixo. O contrato tem um prazo de oito anos e neste momento está no Tribunal de Contas para recolher o visto, tendo este alertado o Município para uma situação que tem a ver com a validade do contrato que irá ter impactos financeiros ao longo de oito anos, daí ser necessário a Assembleia autorizar a Câmara a diluir o impacto financeiro daquele contrato pelos oito anos. O facto desta proposta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

ser apresentada de forma extraordinária deve-se ao facto de a Câmara ter o prazo de quinze dias para se pronunciar e, não sendo feito hoje, ter-se-ia que convocar uma Assembleia extraordinária para esta questão passado alguns dias. A informação foi recebida há uma semana mas só hoje é que se percebeu o que é que o Tribunal de Contas pedia, nunca tendo sido colocada esta situação por essa entidade, tendo já existido situações idênticas. A Assembleia pode autorizar esta repartição das receitas e despesas pelos oito anos atribuindo efeitos retroativos à data de abertura do procedimento, não representando nenhum problema sendo uma situação perfeitamente legal, tendo o próprio Tribunal de Contas esse entendimento. -----

Não havendo intervenções relativamente a esta proposta a Senhora Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação tendo sido aprovada por dezasseis votos a favor e três abstenções. -----

O Deputado Bruno Ferreira de Moura fez a sua declaração de voto na abstenção pelo timing da proposta entregue e que não permitiu obviamente uma pesquisa mais atenta e dado ser um assunto deveras importante, e não pondo em causa aquilo que foi aqui justificado, crê que este tipo de situação não deve ser prática corrente e também por isso não se sentiu à vontade para aprovar a proposta. -----

O Deputado Fernando Gomes fez a sua declaração de voto na abstenção, apesar das declarações do Dr. Gonçalves, por ter ficado na dúvida. Acrescentou que mais uma vez se nota que a Câmara dá passos que não deveria ter dado e que, depois, aqui sob pressão, é-nos entregue um documento para aprovar. Isso que não passe a ser prática, a Câmara tem que saber os passos que pode dar ou não, não pode ultrapassar a Assembleia Municipal. -----

2.5- Informação do Executivo -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

O Deputado Fernando Gomes questionou o Senhor Presidente da Câmara relativamente aos paralelos solicitados pela Junta de Freguesia de Mondim de Basto, sendo que no mês de setembro, por ofício da Câmara, esta foi informada que já não havia paralelo, tendo sido descoberto, mais tarde, em reunião, que havia e iria haver mais. Estando-se já no final do ano e com as obras adjudicadas, questionou no sentido de saber se dos seiscentos metros que a Junta precisa, e parecendo estar disponíveis apenas duzentos metros, queira saber se essa verba pode acumular para o próximo ano ou não. De seguida lamentou que o Senhor Presidente da Câmara tivesse manifestado mais uma vez a discriminação para com a Junta de Freguesia de Mondim de Basto e essa foi notória e contra factos não há argumentos: no Plantar Portugal a Câmara Municipal, através dos seus técnicos, perguntou à Junta de Freguesia se tinha algum terreno para plantar árvores e, à semelhança do ano anterior, esta cedeu os terrenos para estarem disponíveis numa terça-feira. Espanto seu quando na segunda-feira se depara com o maior aparato, com a RTP, vários convidados e a única entidade que não foi chamada foi a Junta de Freguesia de Mondim. Considera que esta atitude é má e que não é assim que a Câmara consegue trabalhar em parceria com as juntas de freguesias. Terminou dizendo que a Junta de Freguesia de Mondim de Basto está, esteve e estará sempre disposta a colaborar com a Câmara Municipal. -----

O Deputado Bruno Ferreira de Moura usou da palavra para deixar uma sugestão relativamente a este ponto numas próximas assembleias. Seria importante, se o Senhor Presidente da Câmara assim o entender, fazer uma prévia apresentação para não estarmos aqui a sobrepor algumas apreciações. Quando recebeu este documento ficou na dúvida se as grandes obras do executivo foram a colocação e transporte do mobiliário para a loja social, ou se foram os trabalhos de manutenção das portadas do Tribunal. Não pondo em causa a necessidade destas obras, considera que se se quer passar uma ideia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

de transparência e ir ao pormenor então que seja para tudo o que diz respeito ao Concelho. Era importante, por exemplo, saber em que ponto de situação está a biblioteca, as obras de regeneração, como está a revisão do PDM. Na sua opinião, deveria ser privilegiada a qualidade da informação em detrimento da quantidade. -----

O Deputado Fernando Avelino Silva solicitou, enquanto membro do plenário, novamente, a possibilidade de um vereador do CDS-PP poder fazer, de alguma forma, a defesa da honra e poder esclarecer relativamente às posições que tomaram e que foram aqui públicas e denunciadas. -----

O Deputado Jorge Rabiço da Costa usou da palavra para se referir a um episódio ocorrido no início da sessão e que o Partido Socialista não permitia que o Deputado José Francisco Teixeira Lopes renunciasse ao mandato por ser essencial à bancada, ao Município e para continuar de forma perseverante com o seu altruísmo na tentativa de afetar fundos públicos ao serviço das populações que são necessitadas. -----

O Deputado João Armando Saraiva Pereira de Almeida usou da palavra para referir que o Senhor Vereador do PSD dissera em certa altura que era só o que faltava a Câmara apoiar IPSS quando o Governo apoia IPSS. Deixou portanto a pergunta ao Senhor Vereador que, enquanto esteve na presidência, como é que apoiou a Santa Casa da Misericórdia se esta é também apoiada pelo Governo? -----

O Deputado Bruno Ferreira de Moura usou da palavra para pedir também a intervenção do Vereador do PSD tendo em conta as declarações efetuadas pelo Deputado João Armando Saraiva Pereira de Almeida. -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal interveio no sentido de a desculparem mas que parecia que havia um desconhecimento do regulamento desta Assembleia que diz que os Senhores Vereadores para usarem da palavra



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONDIM DE BASTO

têm de ter a permissão do Senhor Presidente da Câmara e que são eles que devem pedir essa intervenção. -----

Tendo terminado as intervenções, a **Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou à votação as minutas das deliberações tomadas nesta reunião, tendo sido aprovadas por unanimidade.** -----

Encerramento da reunião -----

Não havendo mais intervenções, a Senhora Presidente da Assembleia deu por encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida na sessão de 25 de fevereiro de 2012 e por estar conforme, foi aprovada e vai assinada pela Senhora Presidente da Assembleia e Primeiro Secretário que a redigiu. -----

